



Estado do Ceará

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

Legislando com Compromisso e Determinação

PROTOCOLO
Câmara Mun. Limoeiro do Norte
PROTOCOLO Nº <u>03794</u>
01 JUN. 2022
Horário: <u>12:30</u>
<u>Jaílson</u>
Responsável

PROJETO DE LEI Nº 036 /2022, de 01 de junho de 2022.

Dispõe sobre a proibição de inauguração e entrega de obras públicas incompletas que não atendam ao fim que se destina, no município de Limoeiro do Norte e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE, Estado do Ceará, decreta:

Art. 1º- Fica proibida a inauguração e a entrega de obras públicas municipais:

- I - Incompletas;
- II - Sem condições de atender aos fins a que se destinam;
- III - Impossibilitadas de entrar em funcionamento imediato.

Art. 2º- Para os fins desta Lei, consideram-se obras públicas municipais:

- I – Incompletas: aquelas cujas etapas de construção e especificações técnicas previstas em seu projeto não estejam completamente concluídas;
- II - Sem condições de atender aos fins a que se destinam: aquelas que não possuam quantidade mínima de profissionais e materiais necessários para prestar o serviço; e



Estado do Ceará

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

Legislando com Compromisso e Determinação

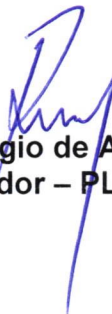
III - Impossibilitadas de entrar em funcionamento imediato: aquelas para as quais haja impedimento legal.

Art. 3º- As obras públicas municipais que, embora não estejam concluídas totalmente, mas que possam ser usufruídas parcialmente pelos cidadãos, poderão ser entregues para população, vedado qualquer ato solene ou cerimonial para entrega.

Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data da sua promulgação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições ao contrário.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE, Estado do Ceará, em
01 de junho de 2022.


Rubem Sérgio de Araújo
Vereador – PL



Estado do Ceará

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

Legislando com Compromisso e Determinação

JUSTIFICATIVA

PROJETO DE LEI Nº 036 /2022.

AUTORIA: Rubem Sérgio de Araújo

ASSUNTO: Dispõe sobre a proibição de inauguração e entrega de obras públicas incompletas não atendam ao fim que se destina, no município de Limoeiro do Norte e dá outras providências.

Senhoras Vereadoras,

Senhores Vereadores,

O presente Projeto tem como principal objetivo proibir a divulgação, a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas e sem condições de atender aos fins a que se destinam ou impossibilitadas de entrar em funcionamento imediato, tendo em vista que, não há aumento de qualquer despesa, tampouco alteração de rotinas administrativas.

A população não é prejudicada, porque só se proíbe a inauguração e entrega daquelas obras que não estejam em condições de funcionamento, e também não há prejuízo à informação, considerando que só está vedada a realização de solenidade quando parcial a entrega, do que decorre que poderá ser promovida, mas somente ao final, o que, aliás, apresenta uma lógica inquestionável: só se inaugura o que já pode ser utilizado.

A proibição da inauguração de obras inacabadas relaciona-se diretamente com os princípios da moralidade, probidade, eficiência e boa administração.

A inauguração de uma obra inacabada, sem condições de funcionamento, apenas gera despesa implausível relacionada à própria solenidade, cria expectativa falsa na população e acaba por violar, isso sim o princípio da impessoalidade, na vertente da promoção pessoal do administrador, contudo, em razão de um feito que sequer é capaz ainda de proporcionar qualquer benefício à sociedade.

Não são raros os momentos em que observamos a inauguração de obras mal-acabadas no setor público, que, muitas vezes, se arrastam no tempo. Nessa esteira, outras casas legislativas já discutiram esse tema e foram felizes no atendimento dessa demanda. Cito, a título de exemplo, as Assembleias Legislativas do Rio Grande do Norte, Goiás, São



Estado do Ceará

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

Legislando com Compromisso e Determinação

Paulo, Piauí, Rondônia e de Pernambuco, que já aprovaram leis semelhantes proibindo a inauguração de obras inacabadas.

Ao se proibir a realização de cerimônias de inauguração e/ou entrega de obras incompletas ou que, embora concluídas, não estejam em condições de atender a população, a proposta normativa em tela desponta como concretização, não apenas dos princípios da razoabilidade e do interesse público, mas, principalmente, da moralidade administrativa e da impessoalidade, ambos consagrados no art. 37, *caput*, do Texto Constitucional de 1988, tendo por fim evitar a exploração de estratégias eleitoreiras por parte de agentes políticos que visem a promoção pessoal em detrimento da eficiente aplicação dos recursos públicos.

Pelos motivos acima apresentados e por objetivar interesse público geral, conto com o apoio de todos os vereadores desta Casa Legislativa à presente proposição.


Rubem Sérgio de Araújo
Vereador – PL